

AS DINÂMICAS ESPACIAIS DO AGRONEGÓCIO NA MICRORREGIÃO DE PORECATU

Antonio Kanova Junior

Jornalista e mestrando do Programa de Pós graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL) – UNESP
antonio.kanova@gmail.com

INTRODUÇÃO

A análise das dinâmicas espaciais exige, de um lado, reconhecer os principais agentes e sujeitos históricos e suas intencionalidades que acabam definindo “o território como espaço geográfico ou conceito” (FERNANDES, 2006), e de outro exige, também, a análise das práticas socioespaciais destes agentes e sujeitos sociais que acabam se configurando em determinações territoriais hegemônicas ou contra hegemônicas (SOUZA, BORGES, 2017) que se materializam neste espaço e, portanto, expressam a centralidade epistêmica do território, as relações de poder (RAFFESTIN, 1993).

Diante do exposto, este artigo objetiva analisar, na dinâmica de ocupação da região norte do Paraná, mais precisamente o entorno territorial do município de Porecatu, a partir de uma determinação territorial (a produção da mercadoria) que desvela duas gêneses de contradição, a primeira engendrada na classe dos proprietários de terras e, a segunda, no interior da classe camponesa, em seus processos reprodução social.

A contradição primeira, na classe de proprietários de terras, sustenta-se na análise empreendida por Oliveira (2007) para o qual o capital, em sua dimensão relacional e, portanto, ontológica, cria e recria relações capitalistas e não capitalistas, como forma central de sua reprodução e acumulação ampliada, com base no que Marx (1983) e Luxemburgo (1984), trataram como acumulação originária. Neste processo, consolidam-se os proprietários de terras latifundiários e camponeses, com suas formas específicas de reprodução social.

Conforme Oliveira:

[...] é o próprio capitalismo dominante que gera relações de produção capitalistas e não-capitalistas, combinadas ou não, em decorrência do processo contraditório intrínseco a esse desenvolvimento. O que significa dizer que o campesinato e o latifúndio devem ser entendidos como de dentro do capitalismo e não de fora deste, como querem as duas correntes anteriores. O campesinato deve, pois, ser entendido como classe social que ele é. [O] processo contraditório do desenvolvimento capitalista decorre do fato de que a produção do capital nunca é, ou seja, nunca decorre de relações especificamente capitalistas de produção. [...] Isto é, a produção do capital não pode ser entendida nos limites das relações especificamente capitalistas, pois estas são na essência, o processo de reprodução ampliada do capital. É uma espécie de acumulação primitiva permanente do capital, necessária ao seu desenvolvimento (OLIVEIRA, 2007, p. 11).

Por sua vez, na condição de classe, no âmbito das condições históricas e concretas do capitalismo, o campesinato também se encontra em movimento e contradição em sua reprodução social.

O camponês proprietário individual foi uma espécie de marca do começo da produção de mercadorias. Ele representava o produtor livre (das vassalagens feudais), livre para produzir para o mercado. É, pois, aí que se encontra a forma marcante do campesinato como produtor de mercadorias. Um camponês estruturalmente diferente do camponês servo da comunidade aldeã feudal (OLIVEIRA, 2007, p. 19).

É no âmago desta condição central, a produção de mercadorias, que se procura analisar os processos de produção espacial e as contradições. A forma mercadoria ganha corpus e centralidade nas relações de produção e de reprodução (LEFEBVRE, 1973). A forma, no materialismo histórico não é uma estrutura fechada e uma aparência, ela representa conteúdo e método, manifestação concreta de reprodução de relações sociais de produção (SOUZA, 2021). Significa dizer que em nossa análise quanto mais o campesinato se aproxima da forma mercadoria enquanto conteúdo de seu valor de troca, mais distante se realiza de seu trabalho enquanto método de sua reprodução social. Diante destas considerações, este movimento contraditório e de centralidade da forma mercadoria, será analisado neste artigo a partir da matriz produtiva agrícola e do sistema de crédito, considerando este último como interface do Estado na lógica de produção de mercadoria e suas implicações na luta de classes e na reprodução social camponesa.

Para dar cabo a este processo analítico dividiremos este texto em dois momentos. O primeiro se refere a trajetória histórica de ocupação da região Norte do estado do Paraná e a formação do campesinato na década de 1940, até os conflitos que se extinguiram em 1953, com o fim da chamada “Guerrilha de Porecatu, tratando posteriormente da produção intensiva à economia do agronegócio e sua consolidação como modelo agrícola hegemônico.

No segundo momento a partir da constituição de uma base de dados, analisa-se as transformações da matriz produtiva, seu padrão de homogeneização da paisagem e a atuação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). A base de dados da matriz produtiva foi composta a partir do levantamento da Pesquisa Agrícola Municipal (IBGE/Cidades), tendo como série histórica o período de 1990 a 2019 separados em intervalos de 5 anos. Os dados relativos ao SNCR foram obtidos no Anuário Estatístico do Crédito Rural disponibilizado pelo Banco Central (2021).

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para desenvolver a análise territorial da microrregião de Porecatu, fizemos um resgate histórico (1937-1990) a partir de literaturas construindo a formação do território, seus principais conflitos que foram determinantes para o processo de concentração fundiária e posteriormente a formação do agronegócio na região.

No segundo momento de análise, utilizamos dados compilados a partir do Censo Agropecuário de 2017 que nos ajudou a dimensionar territorialmente as áreas agrícolas, também foram sistematizados dados da Pesquisa Agrícola Municipal, organizados pelo IBGE/Cidade compilados em quinquênios do período de 1990-2019. Dados econômicos do Crédito Rural nas modalidades investimento e custeio de produção, disponibilizados pelo Banco Central, em sua plataforma virtual, foram sistematizados em tabelas e gráficos, no período de 2000 a 2019.

O processo histórico de ocupação do norte paranaense

Resgatar a história do conflito pelo acesso à terra em Porecatu, denota como a região sempre foi um palco de contradições em suas formas de ocupação por camponeses e latifundiários. A região de mata fechada do norte paranaense passou a ser colonizada a partir da política *varguista* da *Marcha para o Oeste* durante o Estado Novo (1937-1945) que levou camponeses a ocupar o território e produzir para seu sustento com a promessa de obter as terras em definitivo do estado.

As interferências de jagunços a mando de latifundiários levaram a conflitos pela terra na região. Diante da ameaça de apropriação das terras pelos latifundiários, os camponeses organizaram-se para impedir os processos de expropriação. Para compreender o conflito na região é necessário conhecermos quatro atores importantes. Primeiro, os posseiros, pequenos proprietários e os colonos; o segundo se trata da família Lunardelli, grileiros de terras na região; o terceiro são os agentes do estado do Paraná e por último a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em defesa dos primeiros.

Porecatu fica localizada na região extremo norte do Estado do Paraná, próxima aos Rios Paranapanema e Paraná, fazendo divisa com São Paulo e Mato Grosso do Sul, está localizada a 80 km de Londrina e 742 km da capital paranaense, com uma área territorial de 291,663 km² (IBGE, 2020). Uma região de terras roxas resultado de formações basálticas e solo vulcânicos estruturadas.

A história da luta pela terra em Porecatu inicia antes mesmo de se conformar administrativamente como um município, durante a ocupação deste território. Com o processo de colonização e expansão agrícola que aconteceu entre os anos de 1937 até 1945, com a política econômica e expansionista do Governo Vargas, conhecida como “Marcha para o Oeste”. Através desta ação do Estado brasileiro, que tinha objetivo promover desenvolvimento populacional nas regiões pouco habitadas e além de uma integração econômica através de investimento em malhas rodoviárias até o litoral como forma de escoar a produção agrícola até os portos.

O novo regime anuncia a Marcha para o Oeste e ela é apresentada como a grande meta do governo. A ideia é estimular as migrações das regiões densamente povoadas para as regiões desabitadas e a prioridade é a implantação de colônias com pequenas propriedades. O discurso é o de favorecer a pequena propriedade para enfraquecer o latifúndio e formar uma classe média livre das oligarquias rurais e insensível às ideias subversivas de esquerda (OIKAWA, 2011, p. 49).

Dentro desta política de atuação do Estado brasileiro, famílias de camponeses sabendo que matas estavam desabitadas podendo ser desbravas e tendo posteriormente expectativas de legalização das mesmas, migram para esta região.

É dentro deste contexto histórico que posseiros, pequenos proprietários, trabalhadores e colonos vindos, sobretudo, do Estado de São Paulo, atraídos pela perspectiva de se conseguir melhores condições de trabalho e de vida e, principalmente, a posse de uma parcela de terra, vão se radicar naquele sertão quase que desconhecido do Norte do Paraná (PRIOLI, 2009, p.2).

Esses posseiros produziam o café, alimentos para sua sobrevivência e criavam pequenos animais, o que os caracteriza como camponeses:

Camponês são aquelas famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos – suas necessidades imediatas de consumo e o encaminhamento de projetos que permitam cumprir adequadamente um ciclo de vida da família – mediante a produção rural, desenvolvida de tal maneira que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que se apropriam do resultado dessa alocação (STÉDILE, 2016, p. 23).

Até 1946, Porecatu estava ligada administrativamente ao município de Sertanópolis. Com o fluxo migratório e a expansão populacional, em 1947, Porecatu emancipou-se, dividindo-se em outros cinco municípios: {Porecatu, Centenário do Sul, Florestópolis, Alvorada do Sul e Miraselva}.

A história política e administrativa do município confunde-se com a trajetória da família Lunardelli. Com forte capital econômico, detentora de terras no Estado de São Paulo, a família migra em busca das terras férteis do Paraná e se tornou pivô dos conflitos agrários na região. A Revolta de Porecatu é objeto do trabalho da pesquisadora Caroline Gonzaga (2020). Gonzaga descreve Geremias, o patriarca da família, como homem empreendedor, batalhador, autodidata com forte “tino para os negócios”. Seus filhos Ricardo e Urbano Lunardelli são os fundadores do município, escolhendo inclusive o nome da cidade.

Segundo a Prefeitura Municipal de Porecatu, essa localidade foi criada em 1941 pelo Senhor Ricardo Lunardelli e seus filhos Urbano e João. No dia 08 de dezembro é comemorada a fundação da cidade: essa data corresponde a chegada dos “fundadores”. “Ricardo Lunardelli, proprietário de uma vasta gleba de terras, dividiu-as em lotes e os vendeu a longo prazo, facilitando assim, a sua aquisição por parte de grande número de colonos” (GONZAGA, 2020, p. 42).

Também são os grileiros da cidade, proprietários do comércio local, além da principal força política da cidade. Esses elementos são importantes para compreender a formação do latifúndio na região. Como se analisará adiante. Esse perfil empreendedor traçado por Gonzaga acaba escondendo o *modus operandi* da família na região. As estratégias para tomar as terras dos posseiros eram das mais variadas. Os grileiros utilizavam da ferramenta jurídica, aliadas a força dos jagunços para expulsão dos camponeses e conseqüentemente ficar com as terras.

As reivindicações de posse na justiça são um destes recursos frequentemente utilizados em todo o Norte do Paraná quando da sua colonização. Estes instrumentos, as ações possessórias, eram os recursos jurídicos que quando

utilizados por falsos proprietários, se convertiam em ferramentas para a grilagem. As ações podiam ser de reintegração de posse ou de despejo de posseiros (Prioli, 2011). Em Porecatu, os litígios se iniciaram com este tipo de recurso, sempre combinados com intimidações e ações violentas de jagunços a mando dos grileiros e grandes proprietários, elementos estes que se confundem [...] (FORIGO, 2017, p. 47).

Os fazendeiros e seus jagunços escolhem os posseiros mais pobres e primeiro ameaçam. Depois, colocam fogo em suas casas e os põem para fora. O teatro da luta está armado e o drama se desenrola. O comportamento do governo do Paraná em protelar as regularizações dos posseiros e vender grandes lotes já ocupados são os combustíveis do fogo que vai incendiar a região (OIKAWA, 2011, p. 72).

É nesse contexto que ocorre a compra, grilagem e expulsão de posseiros das suas terras. Esta família conquista o poder político da região e poder econômico através da construção da UCP (Usina Central do Paraná), em 1945. A regularização acontecia por laços de amizade com os detentores do poder, neste caso Moysés Lupion, dono da companhia de colonização do estado do Paraná, responsável por operacionalizar a “Marcha para o Oeste”, a grilagem e a expropriação de terras na região. Lupion ainda governou o Estado do Paraná (1946-50 e 1956-60).

Quanto aos camponeses, segundo a obra consultada, os posseiros tinham o cuidado de tentar regularizar as terras devolutas ocupadas por meio de requerimentos ao estado. As famílias nunca obtinham retorno. (Forigo, 2017). O que fica evidente, apesar de haver documento federal e do estado do Paraná, garantindo que houvesse uma regularização da posse para quem nela trabalhasse, isso não aconteceu na prática.

“José de Souza Martins (1995 apud Orben, 2014) lembra que este era ligado às companhias de colonização e, frequentemente, “terras eram negociadas e tituladas em favor de amigos e parentes do próprio governador, que imediatamente hipotecavam os títulos no Banco do Estado, obtendo grossos capitais em cima de terras que não lhes pertenciam de fato” (p.74). Era constante a presença de jagunços contratados pelas companhias colonizadoras, que tinham por função arrancar violentamente os camponeses que viviam naquelas terras” (FORIGO, 2017, p. 51).

Diante da expansão dos latifúndios e da omissão das reivindicações dos posseiros, há um processo de resistência dos camponeses frente às ações grileiras. Esses posseiros queriam garantir o acesso às terras e criaram a Liga Camponesa no Paraná que posteriormente recorrem à via armada (1948). Através de uma política revolucionária de iniciar um levante popular camponês, militantes ligados ao antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB) – conhecido como “Partidão” entre os setores da esquerda – iniciam um processo armado de guerrilha na região que dura de 1948 a 1951, quando o Estado praticamente acaba com o conflito.

Segundo Prioli (2009), os posseiros eram extremamente organizados, haviam comando, armas, táticas de enfrentamento de guerrilha, mandamentos reivindicatórios e conseguiram através de ações bem sucedidas conquistar a simpatia da opinião pública. Os posseiros tinham claro quem eram seus inimigos. Para eles era necessário ganhar as batalhas contra os jagunços que atuavam

na região, para os posseiros eles – os jagunços – combatiam de igual para igual, por dominar a região e usar de estratégias semelhantes aos guerrilheiros de Porecatu.

Essa manifestação, apesar do não cumprimento da promessa de legalização das terras feita pelo representante do Departamento de Terras e Colonização, teve uma repercussão importante para o movimento dos posseiros. Além de gerar um sentimento de unidade entre os posseiros de toda a região, acabou dando visibilidade para aquele problema que somente era sentido pelos próprios camponeses. Principalmente a população urbana e, sobretudo, os comerciantes vão tomar conhecimento do litígio e das agruras que viviam aquele povo. E o que é mais importante, desperta-se um sentimento de solidariedade com aquela população, que vai ser a tônica de sustentação durante todo o conflito que ali se iniciava (PRIOLI, 2009, p. 3).

Em seus mandamentos, os posseiros tinham como principal objetivo o acesso das terras aos camponeses que viviam ali. Mas também queriam justiça desde a prisão do “Sr Lunardelli” mandante das expulsões na região, aos jagunços e a remoção da polícia da região. “Além da luta armada, na defesa das posses, os posseiros tinham outras reivindicações, como atesta “os doze mandamentos dos posseiros de Porecatu”. Articulavam as reivindicações pela terra, mas também por melhores salários e condições de trabalho” (PRIOLI, 2009, p.9).

Este ciclo de repressão e resistência durou até 1951, quando o exército foi para a região e dissolveu a guerrilha. A maioria das famílias envolvidas foi realocada para outras regiões do estado do Paraná. Pode se dizer, em certa medida que a família Lunardelli saiu vitoriosa deste processo, pois ficaram com as melhores terras da região Forigo (2017). A usina de cana de açúcar tornou-se o principal gerador econômico da região.

Nos anos de 1970, a UCP foi vendida para a família Atalla¹ que também obteve poder político na região. Inicia um novo ciclo de concentração fundiária, com aquisição das terras na região pelo Grupo Atalla. Em 1975, ocorre um efeito climático que dizima toda a plantação de café na região, conhecida como Geada Negra. Este fato é importante, pois ocorre, sobretudo no município de Porecatu, uma transição de produção agrícola do café para a cana de açúcar, ainda que esta mudança produtiva estivesse sendo feita paulatinamente.

É na década de 1970 e 1980 que ocorre a modernização do campo promovida pela Ditadura Militar (1964-1984), a chamada “Revolução Verde”. Tratasse de um deslocamento da forma anterior de agricultura, considerada “atrasada”, tornando-se “mais produtiva”, com chegada de implementos e insumos agrícolas a produção. Neste período, a UCP é modernizada tornando-se uma das maiores produtoras de açúcar e álcool do país. Estima-se que o Grupo Atalla chegou a construir um latifúndio de mais de 40.000 hectares na região.

¹ Família Atalla ou Grupo Atalla, adquiriram a Usina Central do Paraná nos anos de 1972, transformando a usina na mais moderna do país em processamento de álcool na época, controlando a produção e a economia local. Atualmente a usina está em processo de recuperação judicial e responde na Justiça do Trabalho processos por dívidas trabalhistas com o Estado e por manter funcionários em trabalho análogo a escravidão acumulando.

O que se apreende é que nessa trajetória de formas de ocupação e lutas se constitui a estrutura fundiária e a classe de proprietários em contínuo conflito, diante das leis fundamentais das relações capitalistas de produção, a centralização e a concentração, que se materializam no âmago da propriedade privada da terra. Na análise desta trajetória identifica-se claramente como a expansão e ou espacialização da forma de produção camponesa se realiza em confrontação com as dinâmicas de consolidação da propriedade privada da terra na região. Esta consolidação se estabelece no conflito de classe de latifundiários e camponeses e que têm como substrato duas formas específicas de reprodução social no que se refere à estrutura da posse e da propriedade da terra, cabe refletir como estas dimensões reprodutivas se diferenciam nos processos de uso e ocupação, na distinção da produção do valor de uso e do valor de troca.

O constructo territorial do agronegócio e o campesinato no norte do paraná a partir de 1990.

A análise da forma o do agronegócio e das dinâmicas espaciais de produ o serão realizadas tendo como recorte espacial a microrregião de Porecatu - PR, composta pelo município sede e os municípios de Florestópolis, Miraselva, Alvorada do Sul e Centenário do Sul. Como salientado a microrregião em análise, a partir da década de 1970,   dominada pela produ o de cana de a o car após a geada negra (1975), que praticamente acabou com o café na região. O complexo canavieiro que se formou na região, posterior aos enfrentamentos entre posseiros e fazendeiros   marcado pela sonega o de impostos trabalhista ao Estado, trabalho análogo   escravidão que levou o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a organizar famílias e retomar a luta na região.

Já nos anos 2000 famílias organizadas pelo MST ocuparam o monopólio da cana dos Atallas reivindicando a história da luta pela terra na região. Alguns acampamentos levam o nome de pessoas que participaram na guerrilha de Porecatu, como   o caso do acampamento Manoel Jacinto Correia, em Florestópolis.

O princípio da acumula o de riqueza   a extra o dos bens da natureza, transformando-a em mercadoria, visando sua circula o e o consumo, para atender necessidades humanas. A soja, o milho, a cana de a o car tornam-se *commodities* agrícolas quando sua produ o   padronizada, realizada em escala industrial e destinada ao mercado externo. Para que este processo ocorra,   necessário o controle do território, onde se materializa o movimento do capital.

Considerando que não   o princípio da acumula o simples, mas o da acumula o ampliada a força motriz deste modo de produ o, o que supõe uma avidez progressiva sobre quaisquer bens passíveis de converterem-se em mercadorias, atentar para a ordena o do território ganha relevância  mportante, porque   este que comporta as a o es de produ o, circula o e consumo, o tripé da valoriza o capitalista que culmina na apropria o desigual da riqueza socialmente produzida (PAULINO, 2008 p. 214).

Compreendemos igualmente que é no território onde se materializa as ações humanas, com seus conflitos, crenças, ideologias, tensões e consonância. É no território que a vida humana se realiza através das transformações inerentes ao ser humano. Fernandes (2008) ainda nos lembra que para compreender território é necessário voltar atrás na compreensão e entendermos o que é espaço.

Partimos do princípio de que o território é construído a partir do espaço geográfico, ou que o espaço é anterior ao território (RAFFESTIN, 1993, p. 144). As transformações do espaço acontecem pelas relações sociais no processo de produção do espaço. Os objetos naturais ou elementos naturais também transformam o espaço, mas são as relações sociais que impactam o espaço com maior intensidade (FERNANDES, 2008, p. 277).

O território é elemento chave para compreender as transformações na sociedade, portanto passa a ser conceituado, afim de ajudar no entendimento teórico com vistas às transformações concretas. Fernandes (2008), caracteriza o território em duas vertentes, o imaterial e o material. Ambos estão ligados umbilicalmente, não se pode vê-los separados, o território material é fruto do imaterial. Vejamos:

[...] os materiais são formados no espaço físico e os imateriais no espaço social a partir das relações sociais, por meio de pensamentos, conceitos, teorias e ideologias. Territórios materiais e imateriais são indissociáveis, porque um não existe sem o outro e estão vinculados pela intencionalidade. A construção do território material é resultado de uma relação de poder que é sustentada pelo território imaterial como conhecimento, teoria e ou ideologia (FERNANDES, 2008, p. 282).

Neste momento, olharemos para a disputa do território, no Brasil a partir da década de 1970, houve um avanço tecnológico na agricultura com utilização de implementos e insumos químicos na produção criando condições para que o latifundiário improdutivo pudesse produzir. Terras improdutivas acabam sendo incorporadas ao modelo do agronegócio, seja pelo avanço tecnológico ou pela aquisição de terras.

Com a territorialização do agronegócio, as grandes propriedades rurais, avaliadas até pouco tempo como improdutivas e atrasadas economicamente, consideradas latifúndios, passaram a receber investimentos em infraestrutura para a produção de commodities passando a ser denominadas de empresas rurais, altamente mecanizadas, consideradas produtivas e responsáveis pelo aumento da produção agrícola do país (ROSS, 2015, p. 186).

O agronegócio deve ser compreendido dentro de uma lógica de produção de mercadorias, onde a terra deixa de ser um território de subsistência e passa a ser produtora de mercadoria, com incentivo do estado, utilização de insumos químicos que “aumentam” a produtividade, diminuição da força de trabalho, aumento do capital financeiro na agricultura. O que vemos na microrregião de Porecatu é justamente o avanço do capital através da produção de *commodities*.

O território transforma-se como local onde se materializam as ações do capital frente à necessidade de expropriação e acumulação dos bens da natureza. Partimos do entendimento que território é poder, seja ele consolidado ou em disputa.

Considerando que não é o princípio da acumulação simples, mas o da acumulação ampliada a força motriz deste modo de produção, o que supõe uma avidez progressiva sobre quaisquer bens passíveis de converterem-se em mercadorias, atentar para a ordenação do território ganha relevância ímpar, porque é este que comporta as ações de produção, circulação e consumo, o tripé da valorização capitalista que culmina na apropriação desigual da riqueza socialmente produzida (FERNANDES, 2008, p. 214).

A produção agrícola, ao converter-se em *commodities*, incorpora na sua gênese seu valor de uso, passando a ter um valor de troca processo característico da reprodução do capitalismo. Isso significa, que esta produção deixa de atender as necessidades familiares de autoconsumo e reprodução da vida atendendo as demandas criadas pelo capital.

Ao analisar o território imaterial da produção de *commodities* observamos que esta produção ganha outros sentidos no imaginário. O Paraná foi o segundo maior exportador de soja em 2021 (AEN, 2021). Pelo seu caráter imaterial, de simbologia a produção da soja ganha um aspecto ideológico. Ao afirmar a mercadoria como responsável pelo progresso da localidade ela agrega um caráter imaginário de progresso na economia local, atuando indiretamente estimulando novos plantios.

As *commodities* agrícolas exercem uma hegemonia no território material e imaterial. O território material podemos expressar pelo valor de áreas plantadas e quantidades colhidas e comercializadas. No território imaterial pelo sentido de convencimento a adesão ao cultivo dessas culturas. Ferramentas de comunicação contribuem no enraizamento de um estímulo promovido sobretudo pela soja. A estrutura do estado participa ativamente na territorialização do agronegócio no Paraná, sendo um forte incentivador de uma política agrícola que oculta as contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Essas ações se dão através de políticas econômicas, também de marketing e comunicação². “O Paraná que Alimenta o Mundo”, esta é a notícia da Agência de Notícias do Paraná. Quem lê o enunciado, imagina que o estado atua ativamente na erradicação da fome pelo mundo, mas na prática, o texto propagandeia o estado paranaense como segundo maior exportador de soja do Brasil.

O contexto onde a soja, na microrregião de Porecatu se insere é dentro do cenário em que o estado paranaense se projeta no nacionalmente como o segundo maior produto de soja. O modelo de desenvolvimento da produção agrícola tem anuência da estrutura estatal no incentivo da produção da mercadoria soja. A partir da década de 1990, vemos uma crescente de plantio do cultivo de soja, milho e algodão (este com menos força), na região. O que se observa de maneira

2 Ver mais em Chã, Ana Emanuela de Jesus. Agronegócio e indústria Cultural: Estratégias das empresas para a construção da hegemonia.

geral é um aumento de áreas destinadas a está cultura, uma homogeneização da paisagem e que leva a uma consequente eliminação da diversidade produtiva e ambiental.

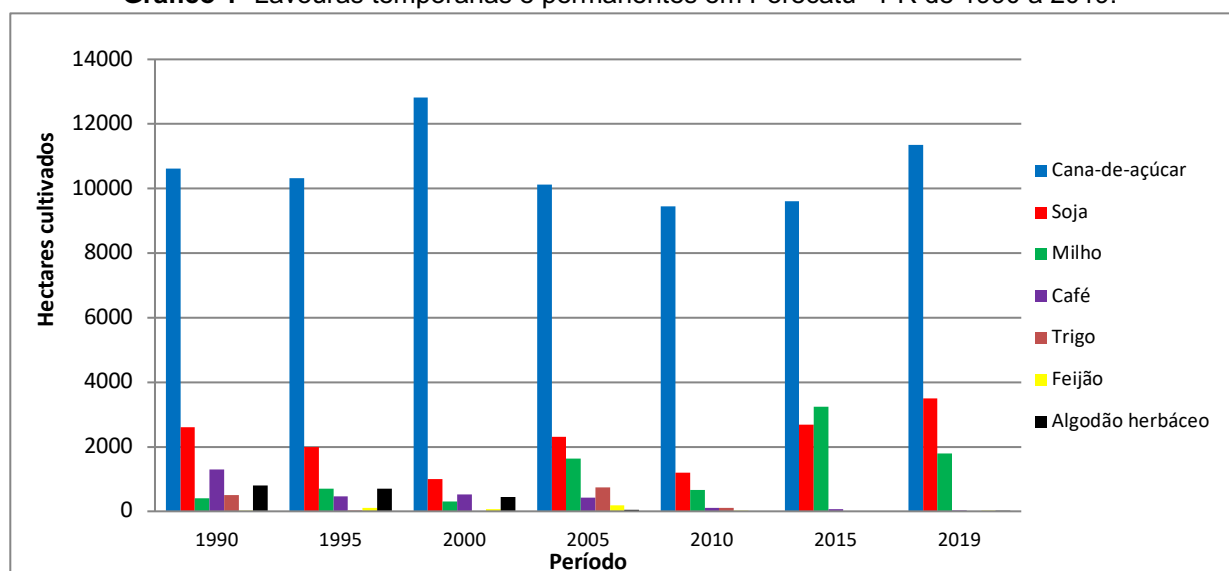
Essa mudança na produção agrícola na microrregião evidencia uma transformação dos sujeitos desta localidade. Neste cenário, de avanço da comoditização da agricultura tem levado ao processo de diminuição da agricultura familiar e seu processo de produção e reprodução da vida, possibilitando que o território possa ser monopolizado pelo agronegócio, fortalecendo a territorialização dos monopólios, elemento característico da expansão do capital.

Deve se destacar a participação do estado, como agente fundamental para uma política agrícola concentradora, através de financiamento estatal e de incentivo a pesquisa e melhoramento produtivo. O Estado tem atuado como agente que contribui para o enraizamento do agronegócio no território. No Paraná, O IDR (Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná) empresa estatal que é a fusão da IAPAR/EMATER atua na pesquisa e no melhoramento produtivo, atendendo as necessidades do agronegócio.

O Estado brasileiro tem sua parcela de contribuição na territorialização do agronegócio, criando condições para que a produção agrícola em larga escala se desenvolva. Em 1965, criou o Crédito Rural que atualmente atua em todo o processo produtivo, destinando recursos para custeio, investimento, comercialização e industrialização. São cifras milionárias que incentivam a produção em várias modalidades de acesso.

Esta lógica produtiva se materializa na microrregião de análise do Norte Paranaense. No Gráfico 1, estão expostos os dados agrícolas do município de Porecatu.

Gráfico 1- Lavouras temporárias e permanentes em Porecatu - PR de 1990 a 2019.



Fonte dos dados: IBGE, 2020.

Desde então, a *commoditie* da cana de açúcar torna-se a maior forma de uso e ocupação de terras cultivadas no município de Porecatu. A partir do levantamento de hectares plantados por cultura, disponibilizado pela Pesquisa Agrícola Municipal (IBGE/Cidades) na séria histórica de 1990-

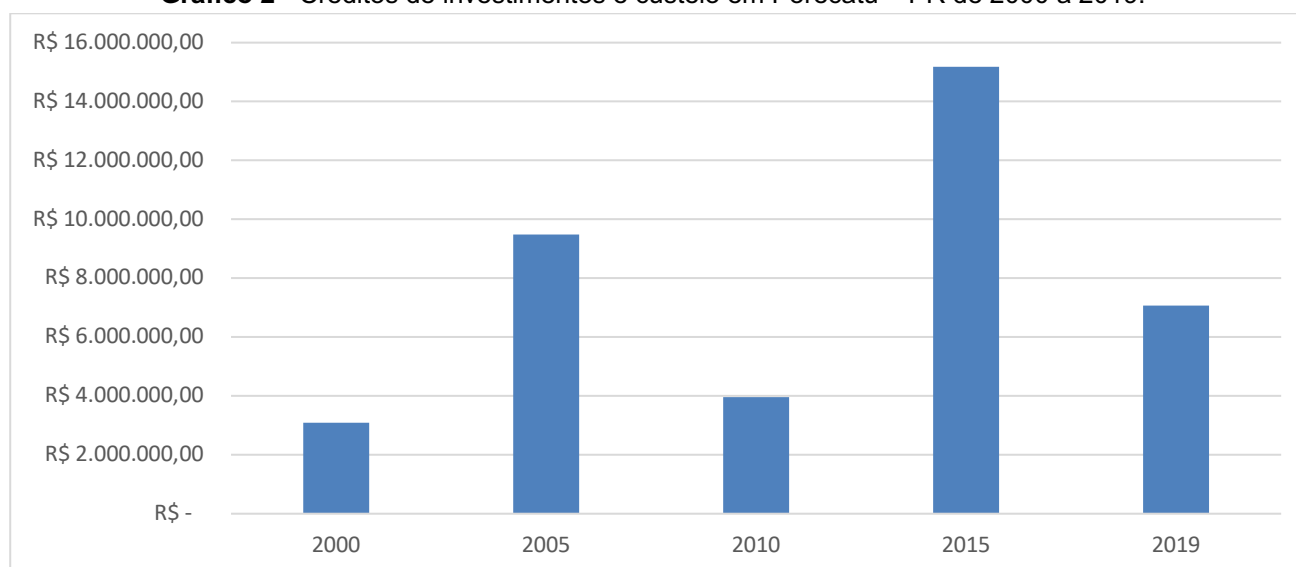
2019. Entre o período de 10 anos (1990-2000) a produção por hectares saltou de 10.609 ha em 1990 para 12.816 ha no ano de 2000. Neste período, outras culturas como soja, milho, café e algodão vão diminuindo em áreas plantadas. Cultura de subsistência como o feijão, são quase imperceptíveis neste período.

Após o ano de 2000 até 2015 há uma diminuição de hectares plantados de cana de açúcar. O setor canavieiro passa por uma crise neste período pela desvalorização do álcool. Soma-se a este elemento conjuntural, a falência da UCP (pertencente ao Grupo Atalla), além de denúncias de trabalho escravo e dívidas trabalhista direcionadas a usina. A soja de 2010 a 2019 tem pequeno crescimento, saltando de 660 para 3.500 hectares respectivamente.

No Gráfico 2 está disponível o acesso a créditos de investimento e custeio somados e aplicados na produção no ano 2000 a 2019. Faremos nossa análise considerando os períodos históricos relacionado com as áreas plantadas conforme cada cultura e período. Em 2000, o município acessou em créditos R\$ 3.090.307,21, há um aumento significativo de plantação de cana de açúcar e diminuição de áreas plantadas em outras culturas. A cana passou de 1.0318 ha em 1995 para 1.2816 ha em 2005, outras culturas diminuem em áreas plantadas neste período.

Em 2005, foi injetado no município R\$ 9.472.889,49 em recursos. Não há um aumento de cana plantada, porém soja e milho crescem. A soja aumentou de 1.000 ha em 2000 para 2.300 ha em 2005, plantados. E o milho também cresce neste recorte de 300 ha para 1.630 hectares plantados respectivamente. Os recursos parecem estimular o número de áreas plantadas de soja e milho.

Gráfico 2 - Créditos de investimentos e custeio em Porecatu – PR de 2000 a 2019.



Fonte dos dados: Banco Central, 2021.

No ano de 2010, a produção agrícola no município acessou R\$ 3.952.776,86 em créditos. Em relação ao quinquênio anterior é uma diminuição de recursos que se expressa em menor número de áreas plantadas, seja na cana, na soja e no milho. Outras culturas, como feijão, café, algodão também são impactadas tendo valores inexpressivos em áreas plantadas.

Mesmo com a falência de um grupo econômico – decretada em 2014 da UCP – a comoditização da cana de açúcar continua no território. É possível observar este elemento nos anos de 2015, no aumento da produção desta mercadoria no município e no acesso de créditos de custeio e investimento no local. Em 2015 foram plantados 9.615 hectares, 160 hectares a mais em relação a 2010. Neste mesmo ano, o município acessou em créditos de custeio e investimento R\$ 15.168.452,20. Essa injeção de recurso estimulou o plantio de mercadorias agrícolas na localidade. Culturas como soja e milho também tiveram um aumento em número de área plantadas. Vejamos: A soja em 2015 teve 2.690 hectares e o milho 3.245 ha plantados. A retomada de outro grupo econômico no beneficiamento da cana só foi possível com uma aplicação de recurso para subsidiar a produção que no ano de 2015 em contratos de custeio e investimentos para a produção agrícola somaram se R\$ 7.073.612,45 (BCB,2021).

Em 2019, foram plantados 11.342 mil hectares de cana de açúcar. Outras culturas desde modelo exportador, como soja e milho se somados chegam 5.300 hectares de áreas plantadas. Mesmo soja e milho tenham crescido neste ano, não significa que há uma transição de cultura agrícola, uma vez que elas contribuem na recuperação do solo por conta do envelhecimento da cana, que acontece, em média, a cada 7 anos.

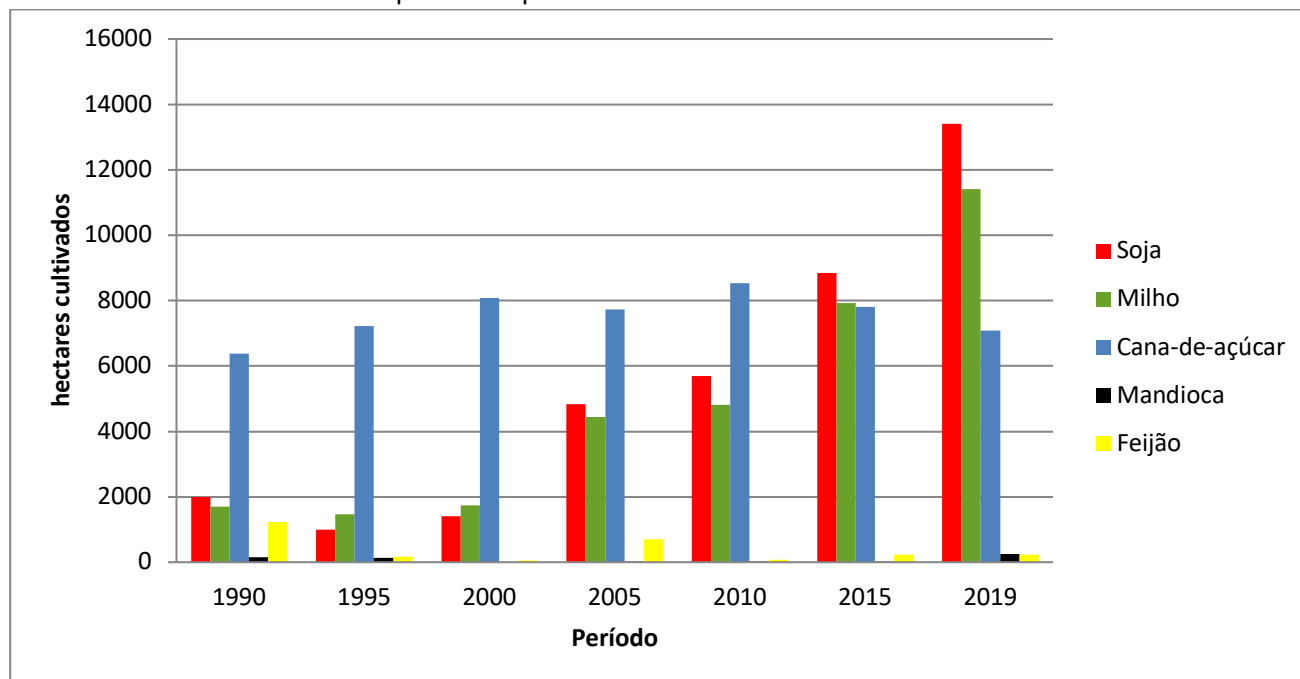
Com a falência da UCP, que manteve o controle da produção da cana por muitos anos, abriu-se a possibilidade de outras empresas do agronegócio explorarem a região. Atualmente duas empresas moem a cana produzida, arrendando as terras da massa falida. A Alto Alegre com uma usina em Florestópolis no Paraná e a Cocal com unidade em Narandiba, São Paulo.

Os dados elucidam que a cada período a mercadoria carece de investimentos do Estado para estimular esta produção. A simbologia da cana também está no imaginário do morador local que além de ter a econômica atrelada a esta mercadoria, o município traz a imagem do cortador de cana estampada na cidade, em forma de monumento, criando uma identidade canavieira. Este elemento identitário mostra uma faceta da forma de dominação do agronegócio canavieiro no território em questão.

De maneira geral, no município o agronegócio está presente em três produções de mercadorias que são complementares. A cana domina o ranking, sendo a maior detentora de terras plantadas, seguido por soja e milho que cumprem a função de regenerar o solo, a opção por estas duas mercadorias revelam que a ocupação agrícola está atrelada a atuação do agronegócio, uma vez que outras culturas de subsistência ou mesmo regenerativas poderiam cumprir a função de recuperação do solo. Outras culturas desapareceram ou são quase nulas em número de hectares plantados.

No gráfico 3 estão os dados do município de Centenário do Sul. Neste local, há 36.858 hectares de áreas agrícolas. No primeiro período analisado de 1990 a 2000, é possível observar que a cana de açúcar predomina a produção no local. Em 1990 foram plantados 6.386 ha, seguindo por um aumento de 7.230 ha, em 1995 e 8.074 hectares no ano de 2000. Soja e o milho tem oscilações negativas neste período e culturas de feijão e mandioca praticamente desaparecem no ano de 2000.

Gráfico 3 - Lavouras temporárias e permanentes em Centenário do Sul – PR de 1990 a 2019.



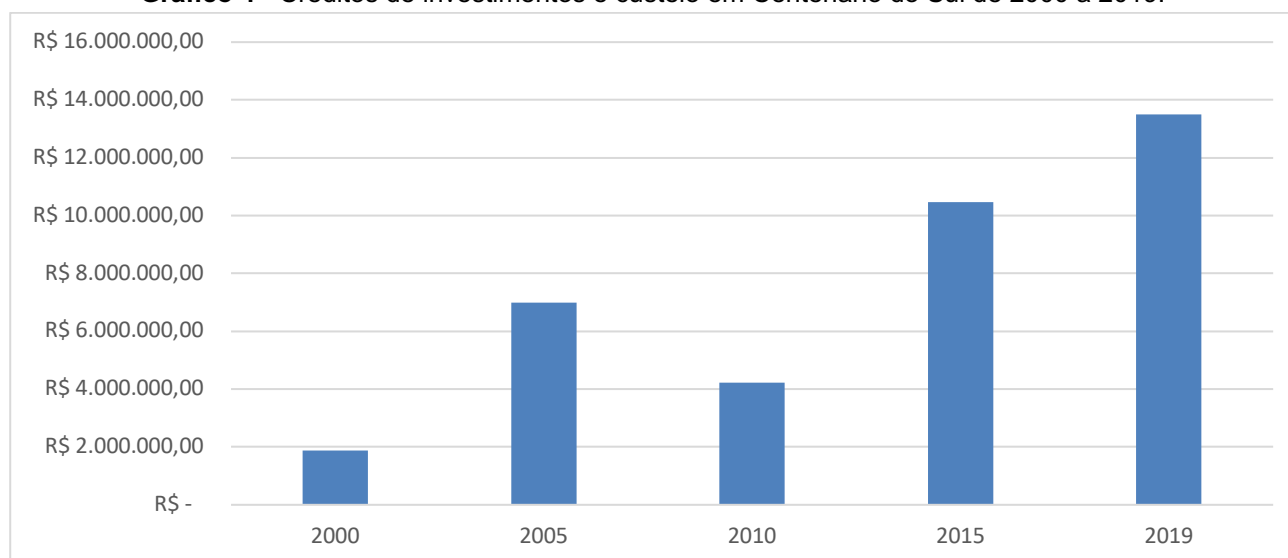
Fonte: IBGE, 2020.

No período de 2005 a 2019 há uma mudança significativa na produção agrícola neste município. Em 2005, a soja em relação ao quinquênio anterior, tem um crescimento de 177% em número de área plantadas e este crescimento segue nos anos seguintes. Em 2010, a soja tem 5.700 ha; 2015 há são 8.845 há e 2019 são 13.400 hectares plantados. Ocorre o mesmo efeito com o milho neste período histórico. No ano 2000 eram 1.740 ha plantado, 2005 passa para 4.442 ha um aumento de 255%. No ano de 2010, 2015 e 2019 são respectivamente 4.820 ha, 7921 ha, 11.420 ha de área plantada de milho.

Portando, a soja e o milho dominam a paisagem agrícola local, sem que haja um desaparecimento da produção de cana de açúcar, inclusive, na sequencia histórica teve um aumento passando de 6.386 ha em 1990 para 7.082 ha em 2019. Esses dados mostram que há um incentivo do agronegócio a produção de soja e milho, estimulando que proprietários de terras aderissem à estas culturas. Como não há um desaparecimento da cana de açúcar pode-se compreender que estas terras estavam em processo de pousio ou eram utilizadas para produção pecuária ou outras que não foram analisadas neste trabalho.

O Gráfico 4, há um aumento da produtividade agrícola impulsionado pelo avanço de pacotes tecnológicos para agricultura iniciado nos anos 1990. Há um aumento quinquenal de acesso a crédito de custeio e investimento para estímulo a produção. Se nos anos 2000 este valor chega perto do R\$ 2.000.000,00 há uma crescente considerável no acesso a recurso econômico. 2019, por exemplo, foram acessados R\$ 13.508.497,53.

Gráfico 4 - Créditos de investimentos e custeio em Centenário do Sul de 2000 a 2019.



Fonte: Banco Central, 2021.

É possível observar também que há uma comoditização da paisagem no território, 83% da área agrícola de Centenário do Sul foi destinada ao cultivo de soja, milho e cana de açúcar, em 2019 (IBGE, 2020).

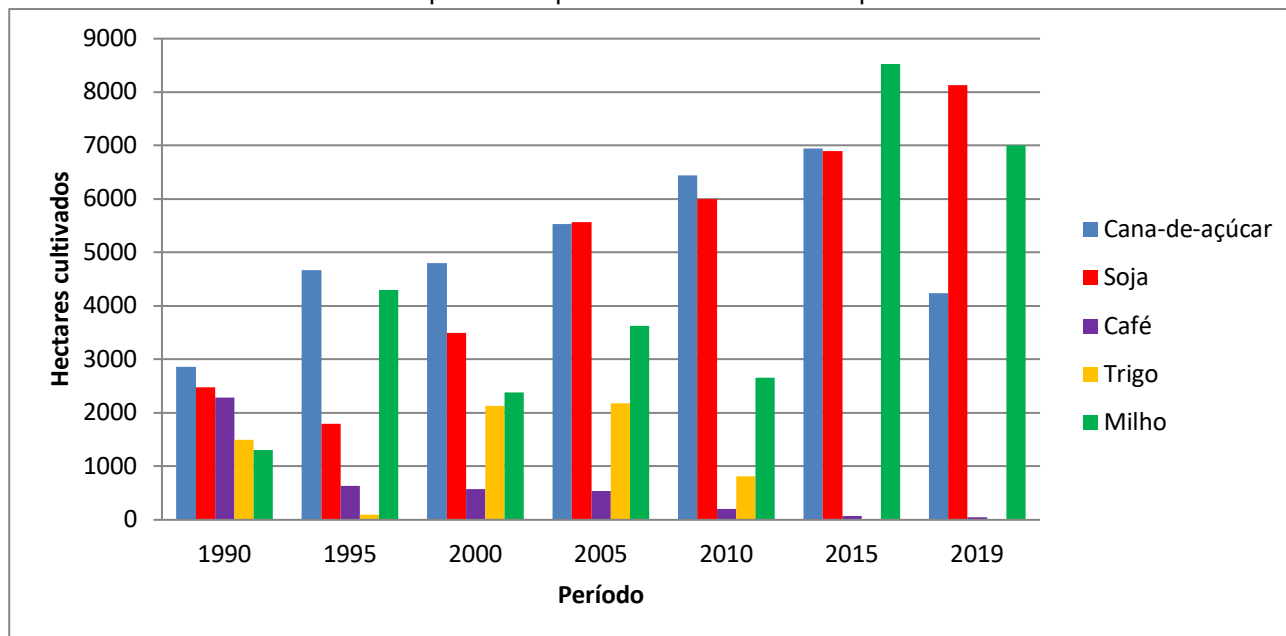
Florestópolis é outro município que compõem a microrregião, com uma área agrícola de 15.896 hectares (IBGE, 2020). Mais à frente, no Gráfico 5 estão os dados da produção organizados em períodos quinquenais, desde 1990 a 2019. Nos anos de 1990 é possível observar uma diversidade com um pequeno destaque para a cana de açúcar com quase 3.000 hectares plantados, seguido pela soja com 2.480 ha e café com 2.284 hectares plantados além de trigo e milho com pouco mais de 1.000 hectares plantados. Não há uma predominância de produção no local reforçando certa diversidade agrícola.

Em 1995, é possível observar uma mudança na produção puxada pela de cana de açúcar que cresce em relação ao quinquênio anterior, em 63%. Sendo seguida pelo milho que neste ano teve 4.300 de hectares de área plantadas. É possível observar uma clara mudança de produção na localidade.

No período de 1990 a 2000 há um aumento de áreas destinadas a produção da cana de açúcar que são seguidas pela soja e milho e trigo. A soja cresce em relação a 1995 enquanto o milho teve uma queda em relação ao mesmo período. O café é a produção que mais caiu em

número de áreas plantadas. E o trigo é a produção que mais cresceu em números absolutos saltando de 100 ha em 1995 para 2.135 ha em 2000.

Gráfico 5 - Lavouras temporárias e permanentes em Florestópolis - PR de 1990 a 2019.



Fonte: IBGE,2020.

Na década seguinte, de 2000 a 2010, observa-se que a cana de açúcar e a soja controlam a produção local. Em 2005 a soja tem ligeira vantagem em número de hectares plantados com 5.570 ha e a cana de açúcar com 5.532 há. Observa-se neste período áreas que não estavam sendo utilizadas passam a produzir, sobretudo soja e cana de açúcar. No ano de 2010, a Usina Alto Alegre inicia seu funcionamento em Florestópolis produzindo açúcar e álcool. Com a abertura da usina no município é possível observar um aumento de áreas plantadas de cana de açúcar, chegando a mais de 6.000 hectares.

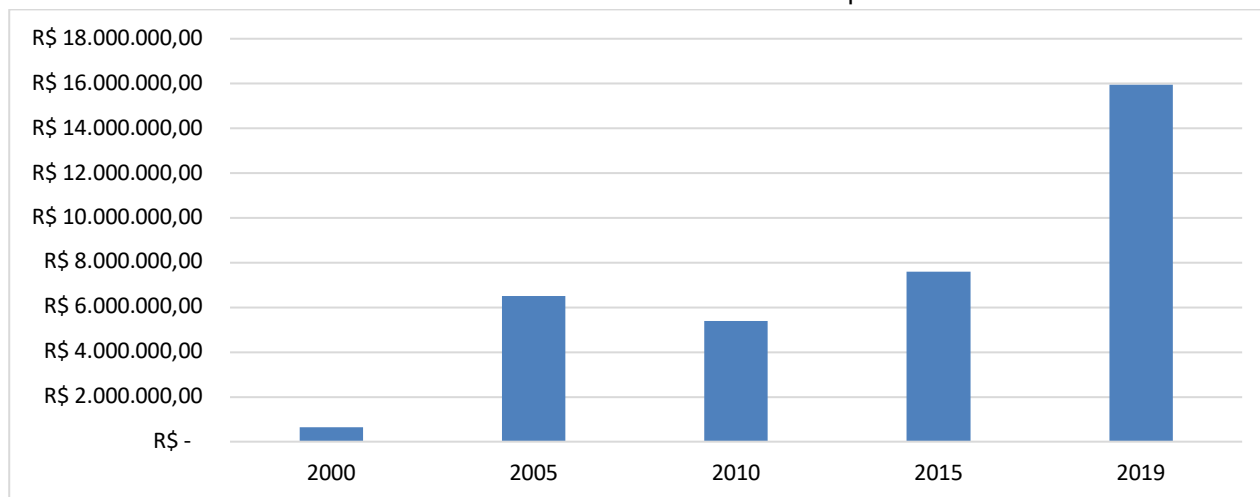
Em 2015, cresce o número de área plantada de cana de açúcar que atinge seu pico máximo, mas ocorre que o milho é o produto que cresceu 220% em número de hectares plantados, absorvendo áreas que antes haviam café e trigo ou mesmo não estavam sendo utilizadas. Observa-se um abandono total em cultivo de outras culturas que não sejam o milho, soja e cana de açúcar.

Em 2019, essa tendência de crescimento de milho e soja se reforça. A soja atinge seu pico máximo com 8.130 hectares, seguido por milho com 7.005 ha e a cana de açúcar que tem uma queda em relação aos anos anteriores com 4.242 há plantados.

Mesmo com uma usina de moagem de cana, essa mercadoria agrícola não é predominante na região. Neste município, a soja e a cana de açúcar estiveram, durante a série histórica, em crescimento contínuo, enquanto o milho oscilou em alguns momentos. Estas três culturas predominam a paisagem da região, sendo responsáveis pelo desaparecimento de outras culturas, como café e trigo.

Esses aumentos produtivos que ocorreram em Florestópolis estão acompanhados de linha de crédito para a produção agrícola. No Gráfico 6 é possível observar os créditos de investimentos e custeio no município. O que chama a atenção é a diferença que ocorre em 2019, onde, o valor de crédito é praticamente dobrando em relação ao quinquênio anterior. Em 2015 foram liberados R\$ 7.582.289,88, enquanto no ano de 2019 foram R\$ R\$ 15.947.821,60. O aumento de número de áreas plantadas está diretamente relacionado a quantidade de créditos ofertados para a produção.

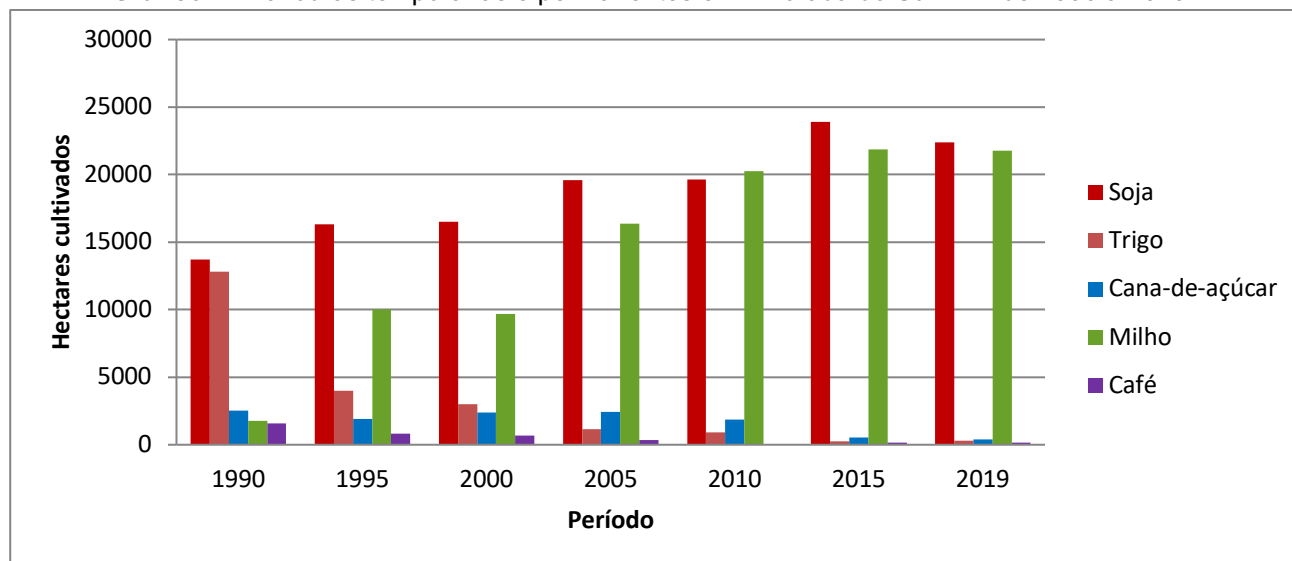
Gráfico 6 - Créditos de investimentos e custeio em Florestópolis - PR de 2000 a 2019.



Fonte: Banco Central,2021.

O município de Alvorada do sul é o terceiro da região em maior número de terras agricultáveis. A partir de informações disponibilizadas pelo Censo Agropecuários de 2017, o território conta com uma área de 27.496 hectares de terras agrícolas. Abaixo, no Gráfico 7, temos sistematizado o desenvolvimento da agricultura na cidade a partir de 1990 a 2019.

Gráfico 7 - Lavouras temporárias e permanentes em Alvorada do Sul - PR de 1990 a 2019.



Fonte: IBGE,2020.

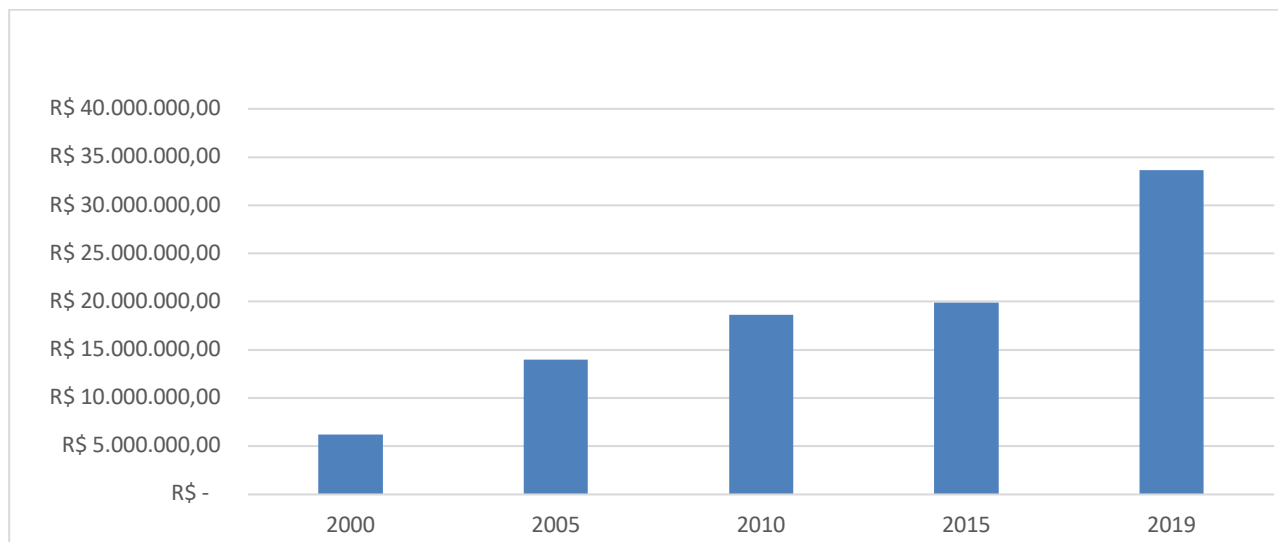
No ano de 1990, soja e trigo dominavam a paisagem local com mais de 10.000 hectares de áreas plantadas no município. Nesta primeira década, a soja é a mercadoria que mais cresce, seguido pelo milho. A produção de trigo tem uma diminuição de áreas plantadas caindo de 12.800 ha em 1990 para 3.000 ha em 2000 de hectares plantados. Ocorre uma queda com o café, enquanto milho cresce de 1.750 ha em 1900 para 9.700 hectares plantados em 2000.

Na década seguinte, 2000 a 2010, a soja já se mostra como cultura predominante no território com crescimentos contínuos em áreas plantadas. Vejamos, a soja de 16.500 ha em 2000 passa para 19.650 ha em 2010; o milho vai de 9.700 ha para 20.270 ha respectivamente em 2010. A Cocamar, empresa do agronegócio com sede em Maringá que atua na produção e beneficiamentos de grãos, cria um entreposto com escritório de comercialização de produção e insumos agrícolas, acaba sendo ela a principal impulsionadora econômica da cidade (Cocamar, s.d.).

Nos anos que se sucedem, se confirma a territorialização do agronegócio no município, seja através da atuação direta da Cocamar no território com crescimento de áreas plantadas de soja e milho. Outras culturas, como café, trigo e cana vão gradativamente diminuindo o número de áreas plantadas e ou desaparecendo.

No gráfico 8 temos disposto as informações de acesso a crédito rural disponibilizado através do Banco Central (2021). Essas informações ajudam a compreender o desenvolvimento da agricultura no território.

Gráfico 8 - Créditos de investimentos e custeio em Alvorada do Sul - PR de 2000 a 2019.



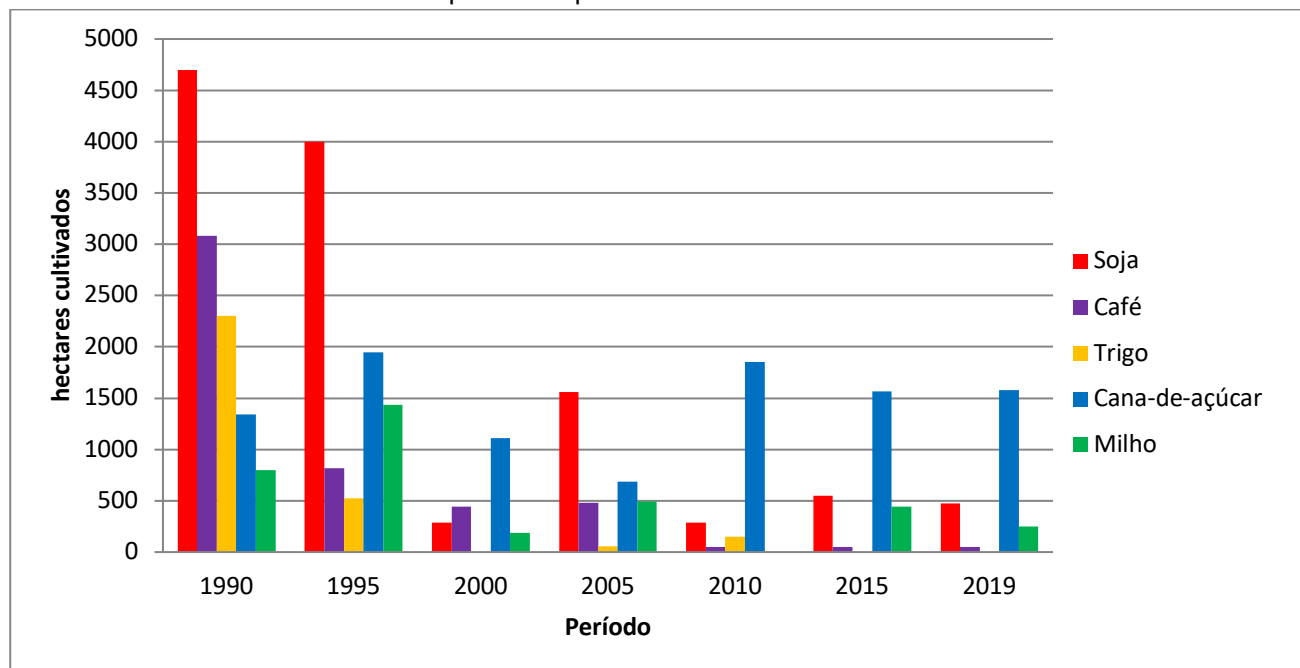
Fonte: Banco Central, 2021.

De maneira geral, o crescimento da plantação de soja e milho no município está atrelado ao acesso a créditos que estimulam a produção. Ocorre um crescimento contínuo nos quinquênios analisados, no acesso a recursos na localidade. No entanto, chama a atenção, os valores acessados pelo agronegócio em 2019 comparando com quinquênio anterior. Em 2015, acessou-se R\$ 9.926.599,38, sendo plantados 23.900 hectares de soja e 21.890 hectares de milho. Em 2019,

foram acessados em créditos, R\$ 33.651.313,20 e em hectares de soja e milho foram plantados 22.370 e 21.794 respectivamente. Se formos diluir este valor por hectare plantado de soja, obtém-se um valor aproximado de 1 milhão e 500 mil reais em investimentos e custeio, demonstra que para viabilizar a produção dessa mercadoria é necessário altos investimentos.

Dos municípios da região, Miraselva é a cidade que tem menor área agrícola com 6.029 hectares. O gráfico 9 mostra o desenvolvimento da agricultura no território.

Gráfico 9 - Lavouras temporárias e permanentes em Miraselva - PR de 1990 a 2019.

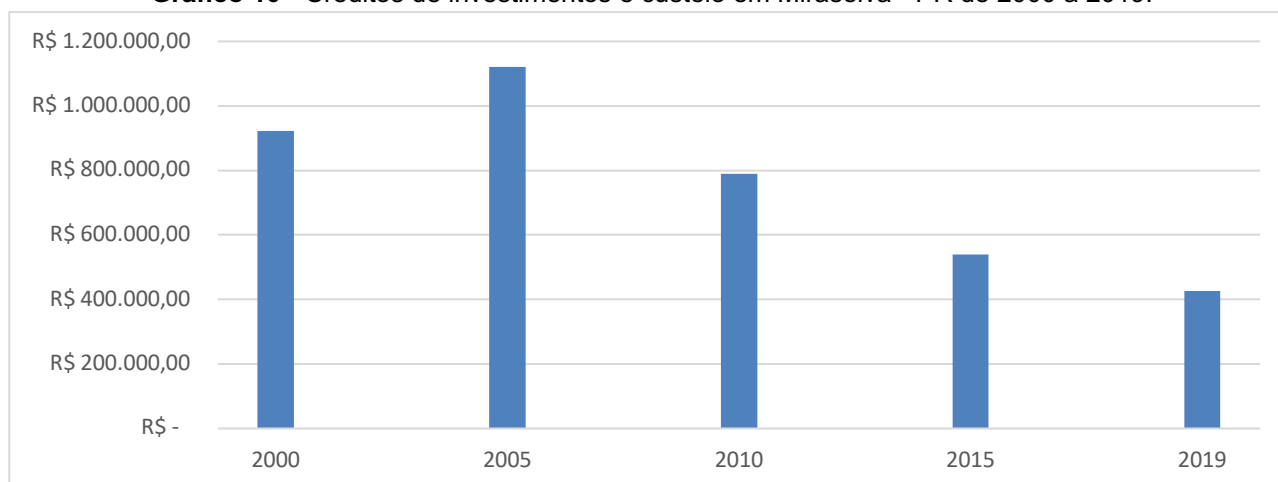


Fonte: IBGE, 2020.

No ano de 1990, a soja havia pouco mais de 4.500 hectares plantados. No ano 2000 este valor caiu para 290 hectares de áreas plantados. O café havia 3.085 ha em 1990 e nos anos 2000 caiu para 445 hectares plantados. A soja predominou a paisagem nos anos de 1990 e 1995, mas sofreu queda considerável em 2000.

Há uma predominância agrícola em torno da cana de açúcar, com um pouco mais de 1.500 hectares de área plantada sofrendo oscilações no período. Outras culturas, se somadas chegam a cerca de 1.800 hectares plantados, em 2019. A cultura do café foi desaparecendo na série histórica ao mesmo passo que a soja diminuiu consideravelmente em área plantada.

A análise do município, nos leva a duas hipóteses. A primeira hipótese é de ter produção pecuária nas áreas e que, portanto, não aparecem neste levantamento de dados ou essas terras de fato não estão sendo destinadas a produção agrícola.

Gráfico 10 - Créditos de investimentos e custeio em Miraselva - PR de 2000 a 2019.

Fonte: Banco Central, 2021.

O gráfico 10 mostra que há uma diminuição do agronegócio local em acesso a créditos a partir de 2005 para custeio e investimentos. No ano de 2000, mesmo com pouco mais de R\$ 800.000,00, acessados não houve um aumento da produção comparado ao ano de 1995. Em 2005, acessou-se em créditos mais de R\$ 1 milhão, que estimulou o desenvolvimento da soja no local. Nos anos de 2010, 2015 e 2019 há uma diminuição dos créditos, mas há um aumento da produção de cana de açúcar. Com base nesses dados, não é possível afirmar se os créditos de investimentos e custeio estimularam o desenvolvimento do agronegócio. É mais provável que os créditos foram destinados para outros setores que não são analisados neste trabalho.

As análises feitas mostram que a microrregião de Porecatu é dominada pela produção de soja, milho e cana de açúcar. Existe nos municípios a atuação direta de empresas do agronegócio com espaços físicos de entrepostos, lojas agrícolas que comercializam sementes, articulam acesso a créditos, prestam assistência técnica. A Cocamar está presente em Centenário do Sul e Alvorada do Sul e Porecatu, além da sede que fica localizada em Maringá, cerca de 120 km da região. Outra empresa que atua na localidade é a Campos Verdes também sediada em Maringá. A Alto Alegre sediada em Florestópolis e a Cocal com sede em Nandubara-SP atuam na produção de cana de açúcar na região.

Nos municípios abarcados por essa pesquisa há uma predominância do agronegócio na produção, através da atuação direta de empresas ligadas a este setor da economia. A soja em 5 municípios chegou no ano de 2019 a 47.874 mil hectares plantados, para viabilizar a produção de commodities o agronegócio da região acessou em créditos de investimentos e custeio R\$ 70.606.473,06, neste mesmo ano (Banco Central, 2021).

Os municípios de Centenário do Sul, Alvorada do Sul e Florestópolis existem uma predominância da soja e milho. Somados, no ano de 2019 foram plantados aproximadamente 44 mil hectares destinados a esta mercadoria agrícola. Em Porecatu, Centenário do Sul, Miraselva e Florestópolis, a produção de cana de açúcar chegou a mais de 24 mil hectares plantados.

É possível afirmar, que o agronegócio controla a economia nas localidades, induzem a plantação de commodities agrícolas e fornecem todo o necessário para essas culturas (sementes, insumos, equipe técnica, tratores e implementos), se desenvolvam. Não há possibilidade de não produzir e o risco de percas acaba sendo menor, pois mesmo que intervenções climáticas aconteçam o produtor tem o seguro para cobrir a produção, elemento este que merece uma abordagem mais aprofundada.

Como relembra Fernandes (2008) com a Lei de Biossegurança, a Lei de Propriedade Industrial e da Lei de Proteção de Cultivares possibilitou que empresas transnacionais pudessem comercializar suas sementes geneticamente modificadas controlando assim a cadeia de produção de sementes.

Os dados lapidados apresentam alguns elementos que ajudam a compreender o funcionamento do agronegócio. O primeiro elemento está relacionado a participação do Estado seja através de investimentos e da máquina de propaganda estatal escondendo as contradições do modelo. Outro elemento está ancorado no caráter exportador da produção de *commodities*, onde se planta e colhe para atingir as necessidades de um mercado externo. Estes dados permitem identificar como se estabelece a expansão do processo de produção do latifúndio e simultaneamente como se materializa a lógica produtiva do agronegócio a partir do incremento de crédito pelo SNCR. Esta lógica produtiva de certa forma impacta sobremaneira as formas de reprodução camponesa, considerando que nas análises preliminares da produção e condição do produtor as atividades agrícolas vinculadas ao mercado exportador, portanto ao agronegócio, também se estendem nas terras camponesas, evidenciando uma contradição interna para a forma de reprodução social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre a égide do progresso, a formação do agronegócio tem em suas raízes históricas processo de pilhagem e expropriação de terras dos camponeses, em alguns momentos transformando este em trabalhadores assalariados. Essas lutas sangrentas em determinados momentos, levou a concentração de terras na região nas mãos de grupos econômicos, controle político e econômico do território, modificação da paisagem transformando a biodiversidade em um deserto verde.

O Estado tem atuação importante no processo de concentração de terras e comoditização da produção. Seja pela sua atuação nos conflitos favorecendo a construção de um latifúndio e pelo financiamento na produção agrícola através de linhas de créditos que contemplem todo o processo produtivo fortalecendo a produção de *commodities* para o mercado exportador. O agronegócio exerce o controle do território através da cadeia agrícola da produção de mercadorias.

Por fim, cabe destacar que essa lógica produtiva, quando se assenta na produção camponesa gera um impasse acerca de sua forma de reprodução. Tratando a forma como

expressão de conteúdo, a mudança de conteúdo da lógica de produção, uso e ocupação da terra, altera conseqüentemente a relação com a terra e por sua vez com a reprodução social camponesa. Estes elementos ainda serão os pontos de análise na continuidade da pesquisa, mas pode-se inferir que as análises requerem identificar em que medida, essa estrutura de forma se confronta com os elementos centrais constitutivos (conteúdos) do campesinato (trabalho familiar, produção de alimentos, preservação ambiental, entre outros) e que são sobremaneira métodos de sua reprodução.

REFERÊNCIAS

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário Estatístico do Sistema Nacional do Crédito Rural**. Brasília: Banco Central-Ministério da Economia e Planejamento. Disponível em: www.bcb.gov.br.
- CHÃ, Ana Manuela de Jesus. **Agronegócio e indústria cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia**. São Paulo, Expressão Popular, 2018.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Entrando nos territórios do Território**. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Org.), *Campesinato e Território em disputas*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p 273.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais**. A pesquisa em Educação do Campo, v. XX, p. X-I, 2006.
- FORIGO, Adriano de Almeida. **1989 – Litígio da terra, litígio da memória: a questão agrária em Porecatu/PR a partir das narrativas locais (dos conflitos de 1948-51 até o presente)**. Rio de Janeiro, 2017.
- GONZAGA, Caroline. **“Somos muitos Francisco iguais em tudo e na sina”: violência, resistência camponesa, Revolta de Porecatu e micro-história**. Curitiba, 2020.
- Agência Estadual de Notícias (AEN). **Soja ocupa um quarto do território estadual e é exportada para mais de 20 países**. Paraná. Disponível em <https://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/makepdf.php?storyid=111310>. Acesso em maio de 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário**. Brasília: IBGE, 2017. Disponível em www.ibge.gov.br
- LUXEMBURGO, Rosa. **Acumulação de Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. Tomo II São Paulo, Abril Cultural, 1984.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.
- OIKAWA, Marcelo. **Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Org.), **Campesinato e Território em disputas**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p 273.

PRIORI, Angelo. **ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – Fortaleza, 2009.

ROOS, Djoni. **Contradições na construção dos territórios camponeses no Centro-Sul paranaense: territorialidades do agronegócio, subordinação e resistências**. Djoni Roos. - Presidente Prudente: [s.n.], 2015.

SOUZA, José Gilberto; CABERO DIEGUES, Valentin . **Por uma desglobalização da produção alimentar: commoditização da agricultura e diversidade produtiva - uma análise de Espanha**. GEOgraphia (UFF), v. 14, p. 63-81, 2012.

SOUZA, José Gilberto; BORGES, Ana Cláudia Giannini. As determinações territoriais da lógica do valor e do autovalor - análise da produção de soja no Mato Grosso, Brasil. In: Rui Jacinto. (Org.). **Iberografias: Outras Fronteiras, Novas Geografias: Intercâmbios e Diálogos Territoriais**. 32ed.Coimbra: Ancora Ed./Centro de Estudos Ibéricos (CEI), 2017, v. 32, p. 247-270.

STÉDILE, João Pedro. (org). **A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o Campesinato**. São Paulo: Outras Expressões, 2016.